

Territorialidade Econômica da Pecuária em Manuel Correia de Andrade

Luiz Eduardo Simões de Souza¹
Rafael Aubert de Araujo Barros²

Resumo

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto a territorialidade do cultivo da cana-de-açúcar e da pecuária, com ênfase na forma de inter-relação entre as duas culturas na ocupação do território nordestino.

Palavras-chave: Formação Econômica do Brasil, nordeste, Manuel Correia de Andrade, Pecuária, Nordeste.

Economic Territoriality of Livestock in Northeastern Brazil in the view of Manuel Correia de Andrade

Abstract:

Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) is one of the main references when referring to economic formation of the northeastern Brazilian complex. In the wide range of his work, the author came to discuss, with a multidisciplinary vision of productive social relations and their influence on the formation of the socioeconomic structure of the northeast. This study aims to expose and discuss the hypothesis of the author regarding the territoriality of the culture of sugarcane and of livestock, with emphasis on livestock in the form of inter-relation between the two cultures in the occupation of the northeastern territory of Brazil.

Keywords: Economic Formation of Brazil, Northeast, Manuel Correia de Andrade, Livestock, northeastern territory of Brazil.

Classificação JEL: Q15; R58.

¹ Doutor em História Econômica pela USP. Professor da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: luizedusouza@gmail.com

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando em História Econômica pela USP. E-mail: aubertbarros@hotmail.com

1. Introdução

O historiador, geógrafo e economista Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007), em sua extensa obra literária, elaborou uma análise multidisciplinar da formação do nordeste brasileiro, levando em conta aspectos geográficos, políticos, sociais e econômicos. Criou, assim, uma visão única do processo de formação econômica, social e política, descrevendo um sistema de reprodução de uma estrutura de poder concentrada nas mãos dos produtores da principal atividade primário-exportadora. A partir da análise dessa forma arcaica de organização social e econômica, Manuel Correia desmitificou, antes mesmo que outros autores como Celso Furtado e Josué de Castro o fizessem, a imagem do nordeste como uma “região problema”, devido às intempéries causadas pelas secas, dando ênfase à estrutura de posse dos meios produtivos (no caso, a terra) como uma das variáveis estratégicas para superação do subdesenvolvimento nordestino.

A obra mais conhecida de Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), relata, desde o período colonial até o início do século XXI, a vida econômica e social da população que ocupa as regiões da zona da mata e litoral oriental, agreste, sertão, litoral setentrional e meio norte, contextualizando com as características geográficas de cada região. É a partir da relação entre os recursos naturais e a vida econômica dos habitantes dessas regiões que Manuel Correia de Andrade formulou seu conceito de “Mosaico Nordestino”, de maneira que esse trata da estreita correlação que o homem do nordeste tem para com a natureza, determinando no presente, com os recursos elaborados pelas estruturas produtivas passadas, as condições que influenciaram e, de certa forma, explicam a organização econômica e social presente.

A criação do nordeste como unidade geográfico-política data de 1941, da parte do IBGE, que, durante o Estado Novo (1937 - 1945), dividiu o então chamado “norte”, integrando os estados do Maranhão, Ceará e Piauí, aos estados do leste, formando os nove estados da região nordeste. Essa concepção não foi gratuita. Com ela, buscava-se discriminar os estados que, em seu interior, no sertão, sofriam do terrível castigo das secas, formando o famigerado “polígono das secas”, que, desde a metade do século XIX, apareciam nas crônicas que apresentavam as dificuldades de interiorização da ocupação do território, apresentando, não apenas a aridez das condições físicas encontradas, mas também a inviabilidade econômica da região. É contra essa concepção que Manuel Correia de Andrade contrapôs a ideia de *mosaico*, mostrando o Nordeste como uma região muito mais diversificada do que se queria apresentar, sendo os problemas encontrados para o desenvolvimento são resultantes da estruturação de relações sociais produtivas de caráter arcaico e exploratório, recedentes à escravidão e exploração extensiva e irresponsável do meio ambiente.

Transitando com desenvoltura entre várias áreas - Geografia, História, Economia, Sociologia - e em seus interstícios, o autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*, à maneira de Josué de Castro e seguindo a tradição de pensadores brasileiros de sua geração (Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, e outros) buscou, ao longo de sua trajetória acadêmica, a explicação de

um problema de solução necessariamente multidisciplinar: o subdesenvolvimento e a pobreza, presentes em um país naturalmente rico como o Brasil.

Nesse sentido, tendo influenciado diretamente Caio Prado Júnior (que publicou a primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste* pela Brasiliense, sua editora) e o pensamento da SUDENE a respeito da formação do nordeste, tendo sido consultor do órgão por décadas, Manuel Correia de Andrade não apenas dialogou com teses consolidadas da historiografia econômica e da formação econômica brasileiras, como também influenciou vários autores, condição que, aparentemente, ainda não recebeu o devido crédito na academia. A questão da pecuária, que é abordada nestas notas, é exemplar do vale entre a contribuição dada por Manuel Correia de Andrade e o reconhecimento por ele obtido na historiografia econômica.

Essas notas, que tem como objetivo a exposição das ideias e do debate na historiografia econômica brasileira das teses de Manuel Correia de Andrade sobre a pecuária, encontram-se sob a seguinte apresentação: a essa introdução segue uma seção que esboça algumas linhas gerais da análise sobre o sistema de criação do gado e suas características no nordeste. A seguir, aborda-se a questão da policultura do agreste e dos grandes latifúndios sertanejos voltados à produção da pecuária. Em seguida, é explanada a questão do domínio do território pela lavoura canavieira. Ao longo da apresentação das teses de Manuel Correia sobre o assunto, eventualmente, contrapõe-se a visão predominante, em algum momento, da historiografia econômica consolidada sobre o tema (em particular, as teses de Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen e Mircea Buescu). Algumas considerações são apresentadas ao final.

2. Os rebanhos animais e os sistemas de criação

Os ciclos de produção primário-exportadora do Brasil têm em comum uma relação historicamente estreita com a pecuária. A concepção a respeito das formas de trato com os fatores produtivos, ou as relações sociais produtivas, ou mesmo o manejo dos recursos, evolui dentro da historiografia brasileira de uma concepção descritivo-isolacionista, presente pela primeira vez em obras clássicas como as de Varnhagen (1857)³, Oliveira Lima (1911)⁴ e Oliveira Vianna⁵, para uma diferenciação mais adequada, e rumo a uma diversidade mais apropriada ao estudo de tais relações, em seu caráter dinâmico.

É possível afirmar que, até os anos 1940 – época em que Manuel Correia co-

³ VARNHAGEN, F. A. de. *Historia Geral do Brazil isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro: Laemmert, dois tomos, 1857.

⁴ LIMA, M. de Oliveira. *Formation historique de la nationalité brésilienne*, editado em 1911, pela Gallimard, Paris. A edição usada aqui é a 3a. Brasileira da Topbooks de Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, de 2000.

⁵ VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1918.

meçou a publicar suas primeiras obras sobre a história e geografia nordestinas – a pecuária não foi vista como mais do que uma atividade oscilante entre a complementaridade do setor primário-exportador ora vigente e uma atividade de pequena escala para um mercado interno reduzido. Capistrano de Abreu (1907) pode ser caracterizado como uma exceção a essa perspectiva, ao reconhecer, ainda que de maneira tênue, o papel da pecuária e de suas relações produtivas – especialmente nas formas que elas adquirem no território brasileiro – como um dos elementos de sua perenidade frente aos ciclos primário-exportadores, e da própria configuração territorial do Brasil.

A variedade de características regionais da pecuária brasileira somente seria reconhecida a partir dos anos 1940, com os estudos de Roberto Simonsen que resultariam em sua *História Econômica do Brasil – Colônia*. Nela, contudo, se avançaria pouco mais do que além de tal reconhecimento.

É a partir dos anos 1950, em especial a partir das edições subsequentes da *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior (originalmente publicado em 1945) e de *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, que tais diferenças seriam mencionadas, ainda que de forma resumida, demandando maior informação de estudos e pesquisas acadêmicos em estrito senso. Não deixa de ser notável o fato de que o movimento empírico de abastecimento de informações nas quais os dois últimos autores supracitados vão basear suas assertivas tenha vindo do mesmo lugar que deles parece receber a tarefa de ampliar o volume de informações sobre a pecuária regional.

Como outros exemplos de estudos interessantes que abordam a pecuária regional, há os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (1956, com *Caminhos e Fronteiras*), e toda uma gama de pesquisas desenvolvidas no sul e sudeste, com resultados variados. Para o nordeste, as pesquisas de Manuel Correia se consolidariam em uma primeira síntese: *A Terra e o Homem no Nordeste*, em 1963.

Na região do nordeste brasileiro, o gado bovino criado ainda carrega fortes traços dos seus antepassados crioulos, esse tipo do gado fora trazido pelos colonizadores lusitanos. Com grande capacidade adaptativa, essa raça foi capaz de sobreviver no severo clima do semiárido nordestino. Entretanto, a consequência de tal adaptação foi um rebanho de baixa produtividade, os animais que percorriam longas distâncias para saírem dos locais de pastagem e chegar ao abatedouro, tornaram-se musculosos o que diminuirá a qualidade da carne produzida. A solução dada para esse fato fora a mistura da raça crioula com o gado zebu africano. Manuel Correia de Andrade expõe as linhagens predominantes do gado bovino brasileiro, como sendo:

“No Brasil, graças a tratos especiais, vêm-se desenvolvendo linhagens de gado zebu, como Gir, Guzerá e Nelore, especializadas na produção de leite, embora a maior vocação do mesmo seja para produção de carne. (...) Grande parte do rebanho brasileiro é formado por animais de raças não selecionadas, o crioulo ou pé-duro do Nordeste ou o pantaneiro de sul do mato grosso, de pouco porte e peso e medíocre produtor de leite, e por animais de raças selecionadas, grandes produtores de leite – zona da Mata de Minas Gerais, Estado do Rio – ou grandes produtores de carne – Triângulo Mineiro, Oeste de São Paulo, Rio grande do sul. ” (ANDRADE, 1976, p. 201)

O sistema de criação da pecuária surgiu, nos séculos XVII e XVIII, como atividade predominante no território do sertão nordestino, para atender o objetivo de ocupar o espaço do interior da colônia. Sendo assim, estabeleceu-se um sistema de criação voltado à ocupação das maiores extensões de terras, traçando no mapa os limites dos grandes latifúndios do sertão nordestino, para além do agreste e do litoral, ocupados com a monocultura. É na região do agreste nordestino que se pode observar a dinâmica conjunta de ocupação do espaço pela pecuária e pelo cultivo da cana-de-açúcar. Nela, a criação de gado tomou o papel de atividade subsidiária da cana, com a criação de animais de força motriz, de forma extensiva, nas áreas relegadas aos peões pelos senhores de engenho.

Devido à sazonalidade do cultivo da cana-de-açúcar, a área dedicada às pastagens modificava-se de forma que, durante as entressafas, os rebanhos eram realocados para as áreas de praia ou para as áreas não utilizadas no cultivo da cana. Ao analisar as movimentações dos rebanhos, Manuel Correia de Andrade destaca a forma do sistema de criação do gado, categorizado como um sistema “ultra extensivo”. O geógrafo pernambucano assim define esse sistema como sendo:

“O Sistema ultra-extensivo em campo aberto é aquele dominante nas áreas subpovoadas, de pastagens pobres e em que a terra não é apropriada individualmente, ou é, mas tem pouco valor. O gado tem aí uma grande facilidade de adaptação ao meio, geralmente hostil, e dá um baixo rendimento. (...) No Nordeste do Brasil o gado pasta na caatinga durante a estação chuvosa, quando a pastagem é abundante e rica, enquanto na serra os agricultores cultivam o milho, feijão, algodão e outros produtos. Ao chegar a estação seca essas lavouras já foram colhidas, as pastagens secas das caatingas já nada oferecem ao gado e os criadores transferem os animais para as serras, a fim de se alimentarem do restolho das plantações.” (ANDRADE, 1976, p.208)

Esse sistema de utilização extensiva da terra estabeleceu os fundamentos da ocupação do território para além da zona da mata e do litoral, onde o cultivo da cana-de-açúcar para a geração do excedente metropolitano era a atividade dominante. Por ele se fez possível que, conforme a produtividade da cana-de-açúcar permitisse a utilização das terras menos férteis e mais inóspitas, haveria a tomada de territórios como os tabuleiros e as várzeas da pecuária para o cultivo da cana-de-açúcar.

Para compreender os atuais movimentos de ocupação do território no agreste nordestino, é fundamental observar as estruturas formadas por tal dinâmica entre gado e cana-de-açúcar, pois, embora outras linhagens como a nelore e a criação de gado bubalino tenham sido introduzidas, ainda há predominância da policultura guiada pela pecuária descendente do sistema estabelecido pela coroa lusitana, há mais de três séculos. Assim, Manuel Correia afirma que, nas regiões do agreste, temos:

“Este gado ainda é predominantemente *crioulo* descendente do gado trazido de Portugal na fase colonial e aqui adaptado às condições do meio, perdendo porte e peso, conseguindo uma biológica que representa para o homem um prejuízo econômico. Por isso introduzido nos últimos anos o gado zebu (*Bos indicus*) para cruzar com o crioulo, obtendo-se belos resultados com a mestiçagem.” (ANDRADE, 2010, p.71)

Originalmente trazido por sua capacidade de trabalho, em virtude de seu custo ser maior do que o manejo de escravos para a produção de açúcar, o gado zebu terminou fornecendo couro, carne e leite, para o qual não se configuraria melhor escolha, em detrimento de outras raças. A facilidade de manejo ultra extensivo do zebu, e sua melhor adaptação ao clima nordestino do que o nelore, o tornaram a matriz predominante da pecuária nordestina. Mesmo os cruzamentos promovidos ao longo de séculos pelos criadores na região – com resultados como a raça curralero, do Piauí, por exemplo – tiveram como elemento determinante matrizes mais ecléticas do que especializadas em tração, leite ou abate.

Dessa forma, ao se observar o cultivo da cana-de-açúcar na ocupação do espaço nordestino em suas atividades colaterais a pergunta que precisa ser respondida é: como ocorreu o processo de povoamento das áreas do agreste e do sertão e qual o papel da pecuária nesse processo de povoamento?

3. O agreste, a pecuária e a conquista do sertão

O agreste nordestino é a área de maior número de pequenos proprietários de terra. Esses a utilizavam, em sua grande maioria, para a pecuária, com predominância de bovinos e caprinos, além de uma agricultura de pequena escala. Ambas as atividades eram voltadas à complementaridade e suprimento das regiões adjacentes. Esse ponto é relevante para expor uma região geográfica em que se fundamentou a classe média nordestina. Esta, por ter a posse da terra, era capaz de manter um nível de renda superior ao dos trabalhadores sem terras, não dependendo de forma tão acentuada das economias dos engenhos. Pode-se citar essa forma produtiva no agreste da seguinte forma:

“(No agreste) Estes pequenos proprietários de terra formam, inegavelmente uma classe média rural que tem nível de vida bem inferior ao dos grandes e médio proprietários, mas um situação econômica e social bem superior à dos trabalhadores sem-terra.(...)” (ANDRADE. M. 1963. P.152)

Já o sistema de criação do gado ocorre de maneira similar ao desenvolvido no sertão, em menor escala. Nele, o papel do pequeno fazendeiro toma a frente ao grande latifundiário. Entretanto, a característica que se sobressai da forma organizacional da criação do gado é a alta mobilidade da atividade. O gado é forçado se

movimentar em função das estações de secas e chuvas. Sobre tal sistema se pode caracterizar da seguinte maneira:

“A criação de gado no Agreste é feita em fazendas bem menos extensas que as do sertão. O fazendeiro geralmente divide a propriedade em cercados, uns destinados à permanência do gado durante a estação chuvosa, sendo outros reservados para a estação seca; durante parte do ano são divididos em pequenos lotes e arrendados a agricultores que recebem as terras em março com obrigação de devolvê-las em dezembro e janeiro.” (ANDRADE, 2011, p. 172)

Considerada a maior heterogeneidade de suas atividades, e o fato dessas se desenvolverem em pequenas propriedades, há um diferencial evidente do agreste em relação às demais sub-regiões. Seria esperado que as pressões da hierarquia social ocorressem com menor intensidade. Entretanto, as terras do agreste tendem a ser as áreas para as quais, dados os avanços tecnológicos, as atividades primário exportadoras se direcionam em seu processo de expansão. Assim, sobre a hierarquia social, ainda é válido que:

“O senhor-de-engenho, apesar de não aquela figura prestigiada da região da Mata, ocupa posição de destaque na hierarquia social inferior apenas à figura do usineiro.” (ANDRADE, 2011, p. 179)

A região conhecida como sertão possui o clima mais hostil à presença humana do nordeste, o semiárido. As primeiras tentativas de colonização da região partiram de Salvador e Olinda, com a premissa de buscar minas de metais preciosos e riquezas naturais no interior baiano e pernambucano. Entretanto, foi a atividade criadora de insumos para o abastecimento da cultura canavieira que veio a predominar no sertão. Essa atividade foi a criação de animais de força motriz, principalmente bois e cavalos, que eram vendidos para os engenhos do litoral e da zona da mata.

“A penetração para o sertão, iniciada no século XVI, visava produzir os animais de trabalho e a alimentação para a população que se adensava na área canavieira. Era feita por portugueses e mamelucos que não dispunham de recursos econômicos e poder político para se estabelecerem como senhores de engenho.” (ANDRADE, 1988. P.31)

A expansão do território colonizado denota o impacto que tal processo teve sobre aqueles que já habitavam os espaços englobados, ou seja, os nativos. No caso do sertão nordestino, as áreas mais férteis encontravam-se ocupadas por diversas tribos, que foram massacradas, escravizadas ou assimiladas aos povoamentos coloniais nascentes.

Os índios que habitavam as terras no sertão do Maranhão, Piauí, Ceará e do oriente do Tocantins tiveram de adentrar cada vez mais no sertão, sendo forçados

a ficar com as terras menos férteis e mais vulneráveis à seca quase permanente. À medida que os posseiros foram tomando as terras, implantando o cultivo do gado, ampliaram-se as tensões com os povos nativos, tensões essas que culminaram na Guerra dos bárbaros (1688 - 1713), eliminando vários povos. O confronto tomou tal tamanho, que atrairia a atenção dos bandeirantes, os quais foram de significativa influência na derrota das tribos e na escravização dos índios remanescentes. Quanto ao processo de tomada das terras do sertão indígena, Manuel Correia de Andrade aponta:

“Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casa, levantava currais e pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d’água durante quase todo o ano.” (ANDRADE, 2011. P.178)

A necessidade de consolidação da posse sobre o território da parte da coroa portuguesa durante o processo de colonização parece ter sido o elemento chave da origem e fortalecimento da classe dos grandes latifundiários, capazes de movimentar recursos suficientes para garantir o território da colônia portuguesa.

Nesse sentido, para além da tese de Capistrano de Abreu sobre o papel da pecuária como fornecedora de força motriz para os engenhos e a lavoura canavieira, couro, leite e carne para o consumo, Manuel Correia de Andrade adiciona a questão da ocupação territorial, crucial para os colonizadores, e de seu domínio efetivo e expansão, sob a pecuária ultra extensiva. O grande latifundiário, dono de vastas extensões de terra do sertão, teve sua posição solidificada no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX graças aos benefícios e incentivos à ocupação e à exploração das terras, trazidos por uma estrutura de relações sociais arcaicas, estabelecendo uma rígida dominação sobre os verdadeiros desbravadores do território. À margem da concentração dos meios produtivos nos grandes latifundiários, foram-se formando pequenas sociedades marginais de posseiros e vaqueiros, que adentraram cada vez mais na inóspita vegetação da caatinga, constituindo a vanguarda de uma sociedade desigual, que abriu os caminhos do sertão para a chegada dos senhores de terras. Com relação aos grandes latifundiários, Manuel Correia de Andrade expõe:

“Garcia d’Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía Tatua-pera – a famosa casa Torre –, embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e desde então o governo de Tomé de Souza, trataram de conseguir doações de terra, sesmarias, que cada vez mais penetravam o sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançar o Rio São Francisco.” (ANDRADE, 1963. P.177)

Na maioria dos casos, os proprietários das terras viviam nas cidades do sertão, envolvidos em atividades comerciais, enquanto as fazendas eram administradas por seus vaqueiros. Os fazendeiros proprietários das terras tinham a função de, durante os períodos de chuva, fiscalizar o trabalho dos vaqueiros, cumprindo papel de feitores, curadores, distribuidores de recursos e promotores da tênue justiça estabelecida a partir da óptica da casa-grande na sociedade escravista canavieira. Nesse sentido, o manejo dos bois, ou o exercício da pecuária conferia, assim, o status de, com a delegação do latifundiário, o vaqueiro exercer o controle sobre o território. Este aspecto permite compreender as redes de influência que, ainda hoje, garantem o poder de fato dos latifundiários usineiros por sobre o poder de um Estado de Direito, muitas vezes sobrepujando-o.

Com a virada do século XVII para o XVIII, as grandes sesmarias tomaram os sertões da Bahia e de Pernambuco, incluindo a parte ocidental do que é hoje o estado de Alagoas. É no interior do território de influência das sesmarias que surgiu uma característica da sociedade sertaneja que ainda nos dias atuais pode ser encontrada, mesmo que em menores proporções devido ao processo do êxodo rural: as atividades econômicas esporádicas voltadas ao autoconsumo. Manuel Correia de Andrade, em *A Terra e o Homem no Nordeste*, aponta a produção de couro e leite para o consumo interno como um dos traços característicos da população sertaneja, sendo isso devido as grandes distâncias e a escassez de outros produtos que não aqueles derivados do gado bovino, suíno e caprino. O autor discorre sobre as características da sociedade sertaneja do século XVIII da seguinte maneira:

“Nestes sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os “sítios” que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendadas a 10 mil-réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades.” (ANDRADE, 2011. P180)

Mesmo nessa sociedade afastada, de vaqueiros e posseiros, a influência dos poderes governamentais tinha grande força para a formação e estabelecimento das relações sociais de produção. Não é à toa que as principais atividades desenvolvidas na época eram subprodutos da pecuária, tendo em vista que essa tinha uma função complementar para com as regiões primário-exportadoras. Assim, criou-se um modelo de crescimento dependente, cujas atividades do interior do nordeste seguiam as tendências dos proprietários das terras. Nesse sentido, a pecuária, em virtude de seu caráter ultra extensivo, apresentava-se não apenas como uma atividade complementar à lavoura canavieira ou de abastecimento do mercado interno, mas também de

reprodução das relações sociais produtivas que caracterizam o subdesenvolvimento nordestino: baixa produtividade de fatores, depreciação dos recursos naturais, degradação das relações de trabalho, concentração da posse de meios produtivos, etc.

Em meados do século XVIII, o sistema produtivo centrado na cana-de-açúcar do litoral e na pecuária teve de lidar com a possibilidade de substituição por uma atividade alternativa. Graças à Guerra de independência dos EUA (1775 – 1783), a indústria têxtil britânica viu-se momentaneamente desprovida do abastecimento de algodão cultivado no sul das treze colônias americanas. O algodão que se fazia necessário como matéria-prima para indústria têxtil passou a ser cultivado no sertão do nordeste brasileiro, limitando a área que seria utilizada para os pastos. Embora o algodão cultivado tenha restringido o espaço da pecuária, essa cultura também gerou economias de *spill-over*, no sentido de que o “restolho” das lavouras era utilizado para alimentação do gado, fator esse associado ao fato de que os criadores dos animais eram também os cultivadores do algodão, o que gerava uma externalidade recíproca entre as culturas. Mas mesmo esse caráter – ou externalidade positiva – teria curta duração, pois o declínio dos ciclos algodoeiros no nordeste, em virtude da regularização do abastecimento do mercado têxtil britânico já na virada para o século XIX, arrastaria o dinamismo regional de volta à cana. Fechava-se uma janela de oportunidade que somente seria reaberta em meados do século XIX, com a Guerra civil dos EUA (1861 – 1865). O retorno à cana significaria que a cultura do algodão daria espaço a pastos, em um movimento sistólico análogo à visão de choques externos para o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas periféricas. A ocupação de culturas abandonadas pela pecuária é um elemento constante no caso brasileiro.

Assim, se observa o papel da pecuária no Nordeste brasileiro na formação econômica do Brasil. À luz dessa concepção particular, é possível afirmar que a hipótese formulada por Simonsen (1941) e Buescu (1970) de que a pecuária teria sido um fator de integração nacional incorre em sérias ressalvas. Em primeiro lugar, a própria criação de gado, ainda que em caráter extensivo, adotou formas significativamente distintas quanto à aquisição, manutenção, manejo, confinamento, abate e aproveitamento do produto. Também há distinções regionais significativas quanto à natureza das relações de trabalho no referente à sua manutenção, remuneração e emprego. As características de cada mercado regional também diferem ao ponto de criarem discrepâncias inconciliáveis no tocante ao produto líquido e ao resíduo da mercadoria elaborada a partir da atividade. Essas formas seguiram não apenas determinações físicas dos territórios, mas também características culturais regionais, resultantes de sua ocupação e das peculiaridades que nuançaram as relações sociais produtivas de maneira tal que, se estabelecessem denominador comum “alçável” à condição de “fator de integração nacional”, também o serviriam para além das fronteiras meridionais e setentrionais do país, o que já mostra *per se* a extensão do argumento. Se verdadeiro, derrubaria barreiras não apenas dentro do Brasil, mas também junto a Argentina, Uruguai, Paraguai e às Guianas.

4. A cana-de-açúcar domina o território

Dentre as diversas culturas desenvolvidas no nordeste nenhuma teve tanto impacto na formação das relações do trabalho quando o cultivo da cana-de-açúcar, seja para a produção de açúcar cristalizado ou como matéria prima na produção do etanol, seja na configuração do período colonial, para a consolidação da figura do senhor de engenho, ou no século XX no poder autocrata exercido pelos usineiros, remetendo o senhor à rele posição de fornecedor de matéria prima. A cana-de-açúcar guiou e ainda guia a configuração territorial – tanto no espaço como nas relações de poder - da zona da mata e litoral ocidental nordestinos.

Desde meados da década de 1950, o setor açucareiro deu início a um paradoxal processo de modernização auxiliado pelo governo. É durante tal momento que se pode perceber a resiliência do sistema de domínio do território da hierarquia arcaica formada no período de ocupação do espaço. Isso pode ser observado em instituições como a Superintendência de desenvolvimento do nordeste (SUDENE), que concebeu e empreendeu diversas políticas econômicas para a modernização das atividades econômicas nordestinas, com resultados que, embora foram capazes de aumentar a produtividade dos setores, em pouco conseguiram alterar a hierarquia social, ou mesmo o padrão de distribuição de riqueza. Temos que:

“Com essa mudança, o país iria passar de uma economia liberal para uma economia dirigida, controlada pelo Governo central e os estados iriam perder autonomia de que haviam gozado por cerca de quatro décadas. No setor açucareiro, o governo iria deixar de ser apenas um incentivador e financiador das inovações econômicas e passaria a ser também o controlador da produção e da comercialização.” (ANDRADE,2010,p.59)

Não podemos afirmar de forma alguma que nas últimas seis décadas não houve mudança. A forma de organização social para a produção das atividades primário exportadoras sob a direção do senhor de engenho e sobre os usineiros são, de fato, distintas. Quando a lógica era ditada pelo senhor de engenho tínhamos que:

“(O senhor de engenho) era um senhor de terras que vivia na propriedade e mantinha contato direto com os moradores, ouvindo-os, dando ordens e regrado suas disputas. (...) Era um homem autoritário, disciplinador, prendia o trabalho a propriedade, por meio das dívidas por este contraído no barracão, mas mantinha um relacionamento patriarcal” (ANDRADE, 2010, p. 69-70)

Com o processo de modernização da atividade rural, fez-se necessária uma outra figura para dominar a hierarquia social, dentro de uma logística do capitalismo que se espalhou durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. A resposta que viria a satisfazer essa necessidade foi o surgimento do usineiro moderno, um empresário capitalista que, em relação autocrática com o governo – em todas as esferas –

umentou, consolidou e tornou hegemônica sua importância no moderno sistema produtivo do nordeste. Dessa forma, as velhas estruturas de dominância, não se desfizeram, como esperavam os especialistas da época. A ideia básica de “crescer para distribuir”, associada à doutrina do desenvolvimento econômico periférico no pós-guerra, seria apenas mais um instrumento para a revigoração estrutural.

“(O Usineiro) Teria de ter em sua propriedade, além de moradores – trabalhadores rurais – um conjunto de operários industriais vivendo em suas vilas próximas às suas fábricas. O relacionamento com estes era bem diverso daquele que mantinha com os trabalhadores agrícolas, já que eles tinham alguma experiência da vida urbana e, na década de quarenta, já se haviam organizado em sindicatos. Muitos grupos empresariais, usineiros como os Lyra e os Leão, chegaram a implantar sua produção e a de outras usinas. O capitalismo modernizado chegava ao campo.” (ANDRADE, 2010, p. 70)

Ao mesmo tempo em que se procurou a modernização, outro movimento social se iniciaria, esse voltado à classe trabalhadora, deslocada do campo para a cidade. Tal movimento teria dois efeitos distintos. Primeiramente, a maior densidade demográfica permitiu aos indivíduos, cujo único fator produtivo que possuíam era seu tempo e disposição, que formassem sindicatos e unificassem seus interesses. Sobre esse fenômeno, Manuel Correia ressalta que:

“O morador foi se transformando em assalariado e o processo de proletarização foi se intensificando gradativamente, à proporção que as safras aumentavam, que a usina incorporava mais terra às suas culturas e a população periférica das cidades e vilas ia se ampliando. Antigos moradores, desapropriados de seus sítios, transferiram-se para a área urbana e passaram a prestar serviços como trabalhadores alugados, nos períodos em que as usinas e os engenhos necessitavam de braços de forma mais intensa.” (ANDRADE, 2010, p. 71)

Por outro lado, o esvaziamento do campo, com a instauração de mecanização da lavoura em caráter extensivo, esvaziou também o campesinato, que abasteceu demograficamente os centros urbanos não apenas do nordeste, mas do restante do país. A concentração da posse de terra da parte dos usineiros gerou, assim, não apenas um novo movimento na escala de acumulação, mas também uma dicotomia irreconciliável entre cidade e campo. O meio da pecuária para a criação de cidades, a partir de sua expansão, impulsionada pela atividade primário-exportadora, assim, nos parâmetros apresentados pela historiografia tradicional, revela-se um mito. A expansão apregoada por essa visão idílica da expansão territorial do Brasil foi, na verdade, o preparo de uma ruptura prevista pelas necessidades acumulativas do modo de produção capitalista.

Com isso, o desenvolvimento econômico tão almejado pelo elaboradores de políticas econômicas na segunda metade do século XX, ainda encontra-se para além do alcance dos nordestinos e, segundo o próprio Manuel Correia, somente a reforma agrária voltada a condições naturais pode atender às aspirações do povo nordestino.

5.0 meio-norte e a Guiana maranhense

Dentre as sub-regiões do nordeste, o meio-norte destaca-se, assim como o sertão, por grande parte de suas terras se encontrarem no famigerado “Polígono das secas”, de clima severamente hostil. Seu processo de povoamento possui grandes semelhanças ao do sertão, sendo que o sul do Maranhão, grande parte do Piauí e sudoeste do Ceará foram desbravados por peões baianos, que buscavam os mercados dos primeiros focos de povoamento do norte, encontrados nos arredores da ilha de São Luís. Quanto ao povoamento do meio-norte é relatado:

“(…) conforme testemunho de Maurício de Heriarte, o povoamento se restringia, nos fins do século XVIII, à área próxima ao Golfão Maranhense e à ilha de São Luís, havendo fazendas de gado nos baixos cursos dos rios Grajaú, Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim, assim como ao nordeste, nas proximidades da próspera vila de Alcântara. Canaviais eram cultivados, a fim de possibilitar a produção de açúcar e de aguardente, em vinte engenhos e vinte e seis “molinetes”, a maioria dos quais se localizava na ilha, nas imediações de Alcântara e no vale do Itapecuru.” (ANDRADE,2011, p.224 e 225)

As semelhanças com o sertão não se limitam à ocupação do espaço. As principais atividades também possuem traços em comum. Nesse caso, destaca-se o sistema de criação do gado, que teve de adaptar-se a um ambiente severamente hostil e longas caminhadas para chegar ao seu mercado consumidor. Somente nas últimas décadas é que as desvantagens de tal fenômeno têm sido recuperadas e a qualidade dos rebanho tem aumentado. Assim, quanto ao território da pecuária, pode se detalhar na vida de seus criadores, que:

“Os criadores de gado, vivendo vida rude e distante dos centros exportadores, forneciam carne e animais de trabalho para região litorânea, exportadora de açúcar e fumo, e couro para exportação. O gado fazia longas caminhadas de centenas de léguas que duravam meses, das áreas de produção às áreas de consumo. Era grande o contraste entre a área de criação de gado, que ocupou praticamente toda a porção meridional e central do Piauí e o sul do Maranhão até Pastos Bons, e a área produtora de arroz, algodão e açúcar, dominante sobretudo no vale do Itapecuru.” (ANDRADE, 2011, p.225)

O desenvolvimento histórico da pecuária teria resultado em um sistema binário, na região. Em primeira instância, ainda se encontraria o desenvolvimento da pecuária em moldes similares aos da época colonial, com concentração da posse de terra e predominância da figura do grande latifundiário, que utiliza suas grandes fazendas para a criação do gado e para atividades de agricultura de subsistência. Por outro lado, na região do litoral setentrional, temos a predominância da agricultura com principais produtos sendo o arroz e o fumo. Devemos considerar o sistema como sendo:

“Ao analisarmos os sistemas agrícolas e os problemas das relações de trabalho no meio-norte, podemos distinguir nitidamente duas regiões: aquela em que domina a pecuária, ou seja, a região de velho povoamento, e aquela de povoamento recente em que domina a agricultura.” (ANDRADE, 2011, p.230)

As maiores influências das antigas estruturas no meio-norte são perpetuadas pelas grandes fazendas de gado, onde os latifundiários impõem seu domínio territorial por meio da alta concentração da propriedade da terra.

O começo do novo milênio encontrou o setor sucroalcooleiro novamente em crise. Manuel Correia identificou os traços dessa “nova crise” com o esgotamento passado do benguês e dos engenhos, ainda que isso ocorresse em meio a um processo “dialético”, no qual as usinas de maior representatividade, incorporariam mais terras e capital, numa busca desenfreada para aumentar sua produção e competir com as agroindústrias instauradas no centro-oeste. Uma das consequências dessa crise do setor sucroalcooleiro foi o desmonte das usinas de menor e médio porte, sendo que as usinas de maior importância aumentaram o domínio de seus territórios, adquirindo as usinas menores, e comprando novas terras para cultivar sua matéria-prima.

“Só uma reforma agrária, voltada para as condições naturais da região semiárido e para atender aos interesses do povo, poderá corrigir o sistema colonial ainda dominante na área. Reforma que deveria levar em conta que a maior porção do nordeste semiárido não é susceptível à irrigação em larga escala, fato que poderá ser corrigido com o cultivo de plantas de ciclo vegetativo curto como o sorgo, a mamona, o amendoim, o gengibre, o milhete, que podem ser utilizados tanto como alimento para o homem como de forragem para animais.” (ANDRADE, 2011, p.272)

Quanto à inserção da pecuária nesse contexto, a predominância dos rebanhos ainda se encontra nos estados no sertão e do meio-norte, confirmando as explicações de Manuel Correia. A Tabela 1 expõe a participação dos rebanhos por estado, em relação à região do Nordeste no ano de 2009.

Tabela 1. Nordeste Brasileiro, Rebanho efetivo, participação dos Estados (%), 2009

Rebanho (percentual)/Estado	Bovino	Suíno	Caprino
Alagoas	4,22%	2,35	0,75%
Bahia	36,16%	27,88%	33,34%
Ceará	8,82%	18,45%	12,24%
Maranhão	24,34%	21,96%	4,64%
Paraíba	4,37%	2,29%	7,52%
Pernambuco	8,12%	6,93%	19,73%
Piauí	5,95%	15,49%	16,73%
Rio Grande do Norte	4,07%	3,08%	4,80%
Sergipe	3,96%	1,57%	0,24%

Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

Percebe-se uma concentração do rebanho do gado bovino na Bahia e no Maranhão, com um total de 60,5% de todas as cabeças de boi. Comparado ao gado suíno, acrescenta-se a participação de Ceará e Piauí. Para o gado caprino, temos que

o Maranhão perde representação, e Pernambuco passa a ser um agente representativo no mercado. Isso provavelmente se deve ao menor custo de manutenção da caprinocultura, da parte da subsistência local. Ao caracterizar a economia sertaneja da região em que o Piauí se situa, diz Manuel Correia de Andrade (2011, p. 198):

“O regime de criação nas grandes fazendas sertanejas pouco evoluiu nos últimos anos (...) Nas maiores extensões, sobretudo nas áreas baianas e pernambucanas drenadas para o São Francisco, e no sul e oeste do Piauí, porém, domina a pecuária ultra extensiva com gado criado, em campo aberto, produzindo animais de pequeno porte e peso (de 8 a 9 arrobas) e que chegam ao ponto de açougue aos seis anos.”

Assim, os vaqueiros e peões tem à sua disposição para consumo animais de menor porte como caprinos e suínos, criados extensivamente.

Quando se trata da análise da pecuária, deve-se observar não somente o tamanho do rebanho, mas sua proporção em relação à população (ANDRADE, 1976). A tabela 2 expõe a quantidade de cabeças dos três principais tipos de gado produzidos, por habitante, no nordeste para o ano de 2009.

Tabela 2. Nordeste, Rebanho efetivo por habitante por Estado, 2009

Rebanho efetivo (cabeça de gado por habitante)	Bovino	Suíno	Caprino
Alagoas	0,38232	0,04735	0,02004
Bahia	0,72987	0,1251	0,1975
Ceará	0,29512	0,13729	0,12019
Maranhão	1,04722	0,21006	0,05866
Paraíba	0,32823	0,03832	0,16572
Pernambuco	0,26117	0,04953	0,18627
Piauí	0,54082	0,31333	0,44671
Rio Grande do Norte	0,36301	0,06119	0,12584
Sergipe	0,54198	0,04782	0,0095

Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

Uma comparação entre as tabelas 1 e 2 mostra que, na realidade, é o Maranhão que se sobressai, seguido de longe pela Bahia, na criação de gado bovino, com uma identidade de pouco mais de uma cabeça de boi por habitante, seguido pela Bahia com 0,7298, e posteriormente por Sergipe, com 0,5419 bois por habitante. Na criação de suínos e caprinos, o estado com maior proporção é o Piauí, com 0,3133 porcos por habitante, e 0,4467 cabras e bodes por habitante. Por tratar-se do estado mais interiorizado da região nordeste, com a menor faixa litorânea em relação ao restante do território, o dado do Piauí reforça o indício do caráter de subsistência da pecuária não-bovina no nordeste, confirmando uma outra tese consolidada por

Manuel Correia de Andrade (2011).

Merece a menção, por fim, o advento de uma nova variável que promete ter forte impacto na organização social do trabalho na velha estrutura dos grandes latifúndios: a expansão da agricultura irrigada nas margens do São Francisco, com a construção de represas, maior capacidade de captação de águas e com as obras de transposição do rio.

Algumas considerações

Esse breve levantamento da contribuição de Manuel Correia de Andrade junto ao cânone da historiografia econômica da pecuária brasileira não se esgota, evidentemente, em *A Terra e o Homem no Nordeste*. É importante ressaltar que o esforço de concentração em *A Terra e o Homem no Nordeste* se deu por tratar-se de uma obra não apenas de informação empírica, de caracterização de território, de descrição de paisagem, mas também de síntese interpretativa do autor a respeito da formação econômica nordestina. O *mosaico nordestino* está lá, fraturado em sua diversidade territorial fazendo do ambiente o homem, e o homem do ambiente. Uma visão com muito mais facetas do que a região-problema caracterizada pelos relatórios do senado imperial, ou pelas reportagens de jornais paulistas, cariocas ou mineiros do início da primeira república. Não uma região simplesmente “atrasada” em relação às demais, mas uma região dotada de sua própria dinâmica política, social e econômica, que eventualmente, a condenou ao atraso e ao subdesenvolvimento. Não um caso para investimentos maciços ou intervenções federais, somente; mas um trabalho social e cultural, também.

Neste sentido, a pecuária não cumpriu o papel de força motriz da atividade primário-exportadora dominante por “puro atraso”, como sugere Capistrano de Abreu, mas pelo custo de oportunidade menor da mão de obra escrava. Trata-se exatamente do contrário, na visão de Andrade: a opção pelo uso do escravo negro africano, meio de pagamento mais líquido no comércio ultramarino, mas menos líquido do que o gado bovino, no mercado interno, transforma o boi zebu, trazido para a força motriz dos engenhos e para impulsionar a lavoura canavieira, em elemento ocupante de território, sob o caráter ultra extensivo de se ocupar a máxima extensão com o mínimo de gado, e razão de ser de relações sociais produtivas ligadas à sobrevivência da estrutura de posse dos meios produtivos vigente. O projeto do atraso não vingou por incompetência das classes dominantes, mas justamente por sua competência de execução.

Em outro sentido, mais amplo, a condição da pecuária nordestina questiona a tese de Roberto Simonsen e Mircea Buescu de que a pecuária teria sido elemento de “integração nacional”. Com muita liberalidade no estabelecimento de um denominador comum entre as pecuárias exercidas nas diferentes regiões do país, e sob o risco de estar-se colocando relações sociais produtivas de caráter muito distinto

sob o mesmo critério de análise, pode-se falar em elemento de agregação territorial para a pecuária (com as devidas ressalvas). Seria mais sólida a afirmação de que em boa parte do território nacional, a pecuária constituiu elemento de fixação de contingentes populacionais que, de outra forma teriam deixado o caminho de entradas e bandeiras cobrir-se de mata. Mas, ainda assim, essa expansão no nordeste apenas permitiu que os latifúndios se expandissem, e com eles o poder de seus proprietários. Daí o ponto de sustentação dessa sociedade “atrasada”, arcaica, estabelecida sob relações escravistas, residir unicamente na posse concentrada de terra. A extinção desta última porá por terra a primeira, abrindo real possibilidade de transformação socioeconômica.

Não importa de que ângulo se analise: se social, econômico ou político, a primeira década do novo milênio demonstra um processo de mudança. A crise na atividade primário-exportadora dominante do nordeste, é uma oportunidade para alterações na hierarquia social arcaica, cujas raízes remetem ao período colonial. Entretanto, como já pontuava Manuel Correia de Andrade em 1963, em *A Terra e o Homem no Nordeste*, caso não seja alterada a distribuição das terras, com consideração do meio ambiente é de se esperar que, qualquer mudança, seja quão boas suas intenções, será direcionada pela hierarquia social para beneficiar classe que tomará a figura dominante do sistema, da mesma maneira que os usineiros tomaram a controle dos senhores de engenho. A atualidade das assertivas de Andrade sobre a realidade nordestina justifica maior atenção sobre sua obra e uma reflexão mais apurada sobre suas conclusões.

Referências

ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Folha, 2000 (1907).

ANDRADE, M. *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Extensiva na Bahia e Norte de Minas*. Brasília, SUDENE, 1982.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. de. *A Questão do Território*. 2ª Ed. São Paulo. Hucitec. 2004. p. 43-90

ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 8ª Ed. São Paulo. Cortez. 2011.

ANDRADE, M. C. de.: *Geografia Econômica*, 5ª Ed. São Paulo: Atlas.1976.

ANDRADE, M. C. de.: *Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental, Os Rios Cururipe, Jequiá e São Miguel*, 2ª Ed. Maceió. Edufal. 2010.

ANDRADE, M. C. de.: *Usinas e Destilarias das Alagoas, Uma Contribuição ao Estudo da Produção do Espaço*, 2ª Ed. Maceió. Edufal. 2010.

BUESCU, M. *História Econômica do Brasil. Pesquisas e Análises*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Edição Comemorativa de 50 anos. São Paulo, Companhia das Letras, 2009 (1959).

LIMA, M. de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3a. Edição, 2000.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 26a. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985 (1945).

SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil (1500 – 1820)*. 8a. Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978 (1941).

VARNHAGEN, F. A. de. *Historia Geral do Brazil isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro: Laemmert, dois tomos, 1857.

VIANNA, O. *Populações Meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1918.

Recebido em 29.05.16

Aprovado em 05.05.17